

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 13, número 2 (2022)

ISSN: 2177-2886

Artigo

A Memória das Mulheres nas Ruas da Cidade de Ijuí/RS: Discursos Toponímicos na Exposição "As Mulheres que Estão no Mapa"

*La Memoria de las Mujeres en las Calles de la Ciudad
de Ijuí/RS: Discursos Toponímicos en la Exposición
"Las Mujeres que Están en el Mapa"*

*The Memory of Women in the Streets of the City of
Ijuí-RS: Toponymic Discourses in the Exhibition
"Women who Are on the Map"*

Ana Laura Arnhold

Universidade Regional do Noroeste do Estado
do Rio Grande do Sul – Brasil
analaura_arnhold@hotmail.com

Maria Simone Vione Schwengber

Universidade Regional do Noroeste do Estado
do Rio Grande do Sul – Brasil
simone@unijui.edu.br

Como citar este artigo:

ARNHOLD, Ana Laura; SCHWENGBER, Maria
Simone Vione . A Memória das Mulheres nas Ruas da
Cidade de Ijuí/RS: Discursos Toponímicos na
Exposição "As Mulheres que Estão no Mapa".
Revista Latino Americana de Geografia e Gênero,
v. 13, n. 2, p. 03-16, 2022. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

A Memória das Mulheres nas Ruas da Cidade de Ijuí/RS: Discursos Toponímicos na Exposição "As Mulheres que Estão no Mapa"

La Memoria de las Mujeres en las Calles de la Ciudad de Ijuí/RS: Discursos Toponímicos en la Exposición "Las Mujeres que Están en el Mapa"

The Memory of Women in the Streets of the City of Ijuí-RS: Toponymic Discourses in the Exhibition "Women who Are on the Map"

Resumo

O presente artigo buscou problematizar as relações sociais e de gênero que se materializam na memória das cidades. Buscou-se responder a seguinte questão: De que forma a exposição virtual "As mulheres que estão no mapa", produzida pelo Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), possibilita refletir sobre as influências das relações sociais e de gênero no processo que outorga as nomeações das ruas da cidade de Ijuí/RS? A partir da análise discursiva foucaultiana, foi pensado o discurso toponímico como consolidador da memória coletiva na cidade de Ijuí/RS, levando em consideração as relações sociais e de gênero. Para isso, foram analisados os dados produzidos pelo MADP, que atualmente constituem a exposição virtual.

Palavras-Chave: Gênero e educação; Mulher e sociedade; Relações de gênero.

Resumen

En este artículo se buscó problematizar las relaciones sociales y de género que se materializan en la memoria de las ciudades para responder a la siguiente pregunta: ¿Cómo la exposición virtual "Mujeres que están en el mapa", producida por el Museo Antropológico Director Pestana (MADP), permite reflexionar sobre las influencias de las relaciones sociales y de género en el proceso que otorga los nombramientos de las calles de la ciudad de Ijuí/RS? A partir del análisis discursivo foucaultiano, el discurso toponímico fue pensado como un agente de consolidación de la memoria colectiva en la ciudad de Ijuí, en el Rio Grande do Sul, en Brasil, teniendo en cuenta las relaciones sociales y de género. Para ello, analizamos los datos producidos por MADP, que actualmente constituyen la exposición virtual.

Palabras-Clave: Género y educación; Mujer y sociedad; Relaciones de género.

Abstract

This article sought to problematize the social and gender relations that materialize in the memory of cities. We sought to answer the following question: How does the virtual exhibition "Women who are on the map", produced by the Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), enable some reflection upon the influences of social and gender relations in the process that approves the names given to the streets in Ijuí/RS? From the Foucauldian discourse analysis, the toponymic discourse was thought as a consolidator of collective memory in the city of Ijuí, considering social and gender relations. To achieve such aim, we analyzed the data produced by MADP, which currently constitute the virtual exhibition.

Keywords: Gender and education; Women and society; Gender relations.

Ana Laura Arnhold, Maria Simone Vione Schwengber



As mulheres nos espaços públicos

Contemporaneamente, o bordão “lugar de mulher é onde ela quiser”, proferido como reivindicação à igualdade de gênero¹, surge como réplica ao entoado “lugar de mulher é na cozinha”. Ao reclamar os locais de direito das mulheres, surgem novos questionamentos sobre os impedimentos estruturais² que dificultaram historicamente o direito de ir e vir da mulher, principalmente nas formas de acesso e ocupação das instâncias dos espaços públicos. Os processos limitadores de mulheres nos espaços públicos se constituem essencialmente nas desigualdades de gênero³, designando às mulheres o pertencimento inato aos espaços privados.

Público, do latim *publicus*, significa pertencimento coletivo. A rua como espaço público, em teoria, dá liberdade de ir e vir aos transeuntes que nela circulam. Porém, a rua pode ser um espaço historicamente hostil para as mulheres, já que, simbolicamente, tornam-se públicas ao pisarem fora das dependências que lhes foram designadas. Ao saírem de casa desacompanhadas ou em horário tido como impróprio para esse grupo, estão suscetíveis a tornarem-se tão públicas quanto um fragmento da calçada. “Rua não é lugar de mulher” carrega o significado de que o “público” pertence ao coletivo masculino. A masculinidade hegemônica, predominantemente branca e bem abastada, parece invadir não só o espaço que os corpos ocupam no meio público, mas também o prestígio simbólico da hodonímia – conceito utilizado para se referir ao conjunto de nomes e logradouros que constituem o espaço público.

Na obra "De quem é a história? Feminismos para os tempos atuais", Solnit (2020) trata aspectos políticos, históricos, sociais e de localização, através da ótica feminista. No capítulo intitulado "Cidade das mulheres", a autora aborda essencialmente as condições da representatividade da hodonímia da cidade de Nova York. Inicialmente, reflete sobre o não pertencimento simbólico e físico das mulheres nas ruas das cidades:

Andando pelas ruas da cidade, as moças são assediadas de uma maneira que lhes diz que o mundo não é delas, nem a cidade, nem a rua; que sua liberdade de movimentos e seu direito de ir e vir podem ser comprometidos a qualquer momento; e que muitos homens desconhecidos esperam delas obediência e atenção (SOLNIT, 2020, p. 161).

O sentimento de que “Ele é alguém; você [mulher] ninguém” (SOLNIT, 2020, p. 161) demonstra que, além da falta de liberdade e segurança sofrida pelas mulheres na rua, os “nomes perpetuam a diferenciação de gênero” (SOLNIT, 2020, p. 161), nesse caso, em Nova York, mas a constatação parece ser estendida para qualquer lugar do mundo. Ainda para Solnit, (2020), a

1 A análise urbana sob perspectiva de gênero tem origem nos anos 1970, na chamada segunda onda do feminismo que, embalada pelos movimentos por direitos civis dos anos 1960, passa a questionar o papel da mulher na produção dos espaços das cidades.

2 Trata-se do machismo estrutural que impede, indiretamente, através de amarras ideológicas, não físicas.

3 As limitações não são restritas às desigualdades de gênero, já que há implicações relacionadas à classe social, sexualidade, raça, entre outros.

prevalência de nomes de homens na constituição hodonímica das cidades demonstra que, historicamente, eram eles quem detinham grande parte do poder, influências e fortunas. Apesar de a autora realizar o recorte argumentativo essencialmente voltado para as relações de gênero, vale ressaltar que há outros determinantes na dinâmica de poder expressados na hodonímia, tais como as questões raciais, sociais e culturais.

Quase todas as cidades estão repletas de nomes de homens, nomes que marcam quem detinha o poder, quem fez a história, quem possuía fortunas, quem era lembrado; já as mulheres são pessoas anônimas que trocavam o nome do pai pelo do marido quando se casavam, que viviam uma vida privada e eram relativamente esquecidas, com poucas exceções (SOLNIT, 2020, p. 161).

Solnit (2020) demonstra que a problemática da baixa representatividade das mulheres na hodonímia das cidades reflete, de algum modo, o não pertencimento nos diversos âmbitos sociais, mantendo-se invisibilizadas devido à designação ao núcleo mais doméstico. É notório que ocorreu a reivindicação e a ascensão das mulheres no século XX, principalmente através da entrada no mercado do trabalho, porém, o reconhecimento de tais fica talvez restrito às memórias familiares, e poucas transcendem, alcançando importância e/ou uma memória pública, como a nomeação na cidade. Solnit (2020) não reflete apenas sobre o quanto a mulher é representada em localidades, monumentos ou logradouros, mas também sobre como. Um exemplo pertinente trazido pela autora – a Estátua da Liberdade – acaba por não representar nenhuma mulher em específico, mas utiliza das feições femininas na constituição de uma alegoria. O mesmo ocorre com a Justiça, simbolizada por uma mulher vendada segurando uma balança. A escolha de utilizar uma figura feminina neste caso, mesmo que anônima, permite supor que a temperança, virtude necessária para a mulher, contribua para pensar a Justiça como sendo simbolicamente feminina, já que esta é associada geralmente às características comedida, equilibrada, ajuizada e prudente.

Solnit (2020) possibilita a criticidade frente à hegemonia masculina branca, que historicamente tomou para si os processos políticos e históricos, como a de apropriação das cidades. A autora afirma que “Uma horda de homens mortos com identidades vivas assombra [as cidades]” (SOLNIT, 2020, p. 163), alertando para a perpetuação compulsória da representação masculina na hodonímia de uma cidade como Nova York. Tais reflexões possibilitam perceber que, em grande parte das cidades brasileiras, a toponímia – como sendo conceito utilizado para se referir ao conjunto de nomes e logradouros que constituem o espaço público – pode ser um campo de estudo promissor na compreensão das dinâmicas de poder e de (des)igualdade de gênero, através do estudo da memória subjetiva que se encontra sob encargo dos nomes escolhidos para as ruas de uma cidade.

Mobilizado por esses pressupostos, o Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), localizado em Ijuí/RS, organizou a exposição temporária chamada "As mulheres que estão no mapa". Sua primeira edição, em 2016, elaborada a partir do resgate das memórias das mulheres que nomeiam ruas da cidade de Ijuí/RS, demonstra também a discrepância quantitativa na representação de gênero na hodonímia da cidade. Em 2021, o MADP produziu uma nova edição em formato



virtual, que se mantém acessível por período indeterminado. A proposta central da exposição inclui promover reflexões e diálogos acerca da presença das mulheres na história local, e compreender as relações de poder implícitas no processo de formação da hodonímia de Ijuí/RS.

Portanto, este artigo busca compreender a importância da exposição virtual "As mulheres que estão no mapa" na discussão sobre o esquecimento e apagamento da memória e história das mulheres através do estudo toponímico. Espera-se questionar a estrutura da ordem social contemporânea, contribuindo na transcendência de tais problemáticas, a partir da discussão e sensibilização. Por isso, objetiva-se problematizar sobre esse tema, já que a escrita evita a complacência graças ao registro daquilo que foi apagado, ressignificando aquilo que se mantém diminuto, ainda que tenha atravessado o crivo do tempo. Ao subverter tais estruturas, reforçamos a reivindicação de que as mulheres podem ocupar cada vez mais os escritos, as ruas, as praças, a ciência, a política, superando o apagamento de suas histórias, tornando seus nomes monumentos vivos da história das cidades. Por isso, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: De que forma a exposição virtual "As mulheres que estão no mapa" possibilita a compreensão e importância da representação e visibilidade feminina no município de Ijuí/RS?

Percurso metodológico

O presente artigo foi realizado a partir de uma análise qualitativa dos elementos textuais (CRESWELL, 2010) da exposição virtual "As mulheres que estão no mapa", produzida pelo Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), de Ijuí/RS. O *corpus* de análise é constituído pela proposta da temática da exposição, pelo gráfico quantitativo da hodonímia de Ijuí/RS, e pelas memórias das mulheres que nomeiam as ruas da cidade.

Utilizaram-se os pressupostos da análise do discurso foucaultiana, já que é um campo que "permite problematizar a relação entre acontecimentos históricos e a enunciação, estabelecendo a relação entre o enunciado, história e memória" (GONZAGA, 2021, p. 98). Como subsídio teórico para a análise, utilizou-se a obra "A ordem do discurso", de Michel Foucault (2013).

Na produção do presente artigo, utilizou-se o conceito de hodonímia, como já mencionado, para se referir ao conjunto de nomes de logradouros que constituem o espaço público, enquanto o conceito de toponímia, alinhado aos pressupostos de Isquerdo (1997), foi utilizado para se referir ao campo de estudo da origem e evolução desses nomes. Porém, o termo "topônimo" pode ser utilizado como sinônimo ao nome geográfico próprio, podendo conter inscrições sociais, culturais, linguísticas e antropológicas. Isquerdo (1997, p. 30) explica que "o processo de dar nome aos lugares, dada a sua importância no estudo de uma língua, acabou por tornar-se objeto de estudo de um dos ramos da onomástica", que, segundo a autora, é uma disciplina etimológica que explica, interpreta e cataloga nomes próprios de lugares e pessoas.

Para Isquerdo (1997), a onomástica se bifurca em duas vertentes: a toponímia e a antroponímia. A primeira, brevemente apresentada, estuda os determinantes sociais, políticos e culturais na formação dos nomes de lugares, enquanto a antroponímia utiliza-se do mesmo processo, porém, voltada aos

nomes de pessoas.

Levando em consideração os conceitos trazidos por Isquierdo (1997), o corpus de análise do presente artigo se aproxima mais dos estudos toponímicos, já que, pela etimologia, toponímia significa “nome de lugar”, enquanto antroponímia seria “nome de pessoa”. Apesar do *corpus* de análise ser estritamente sobre nomes de mulheres, tal análise não se enquadra no campo antroponímico, já que não se estudou linguisticamente as origens dos nomes das mulheres, sendo o principal foco do estudo os processos que levaram às escolhas dos sujeitos os quais nomeiam os lugares.

As mulheres que estão no mapa na cidade de Ijuí/RS

Fundada em 19 de outubro de 1890, a cidade de Ijuí/RS situa-se no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, apresentando uma estimativa de 84.041 habitantes, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2021), podendo ser classificada como um município de médio porte na hierarquia urbana. Apresenta importantes influências em diversos setores na região, destacando-se pela qualidade na área hospitalar, educacional e agrícola. Ijuí/RS é uma cidade universitária que abriga a instituição Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Fidene), instituição de ensino superior mantenedora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) e do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP).

O MADP, fundado em 25 de maio de 1961, vinculado à Fidene, conta com uma exposição permanente, destinada à história ijuicense e à cultura indígena regional, além de realizar anualmente múltiplas exposições temporárias de diferentes temáticas. Promove também eventos culturais, como apresentações musicais, circenses, teatrais e de cinema, associados a temáticas que geralmente permeiam a esfera antropológica.

No ano de 2021, ao completar 60 anos de fundação, o MADP reeditou diversas exposições realizadas anteriormente, em formato *online*, devido à pandemia da Covid-19, causada pelo vírus da Sars-CoV-2. De acordo com Cardoso (2014, p. 60), um dos lemas dos fundadores do MADP é que o museu se constitui na “síntese da evolução da região pela mão do nosso homem” e que esse objetivo pode ser concretizado através da preservação do acervo e dos registros textuais/fotográficos envolvendo os habitantes de Ijuí/RS e região, sendo disponibilizado aos visitantes e aos pesquisadores.

Percebe-se que o discurso reproduzido textualmente por Cardoso (2014), utiliza “homem” como precursor da evolução regional, e que, apesar de tratar-se do significado generalizado de *Homo sapiens sapiens* – classificação taxonômica para o ser humano moderno – abarca também fêmeas, porém, mantendo-as em caráter secundário, enquanto o macho domina a etimologia da palavra. Um fator que, apesar de não estar diretamente relacionado com a representação feminina na toponímia da cidade, pode sugerir, simbolicamente, a desimportância da atuação feminina no progresso e evolução de uma cidade como Ijuí/RS.

Ainda, Cardoso (2014, p. 38) exalta as funções educacionais e culturais do MADP, considerando que

[...] além de se tornar um espaço de pesquisa e ensino, o museu tornou-se uma instituição conhecida como pioneira por salvaguardar



A Memória das Mulheres nas Ruas da Cidade de Ijuí/RS: Discursos Toponímicos na Exposição "As Mulheres que Estão no Mapa"

em espaço único, tanto acervo documental, icnográfico, arqueológico, etnográfico e dimensional; além disso, foi a primeira instituição museológica da região a participar de eventos nacionais e internacionais.

A exposição "As mulheres que estão no mapa", realizada de forma física em 2016, foi a escolhida dentre as dez exposições desenvolvidas entre os anos de 2009 e 2020, tendo por temática as mulheres que compõem a hodonímia da cidade de Ijuí/RS (MADP, 2021, p. 2). De acordo com o dossiê do MADP (2021, p. 1):

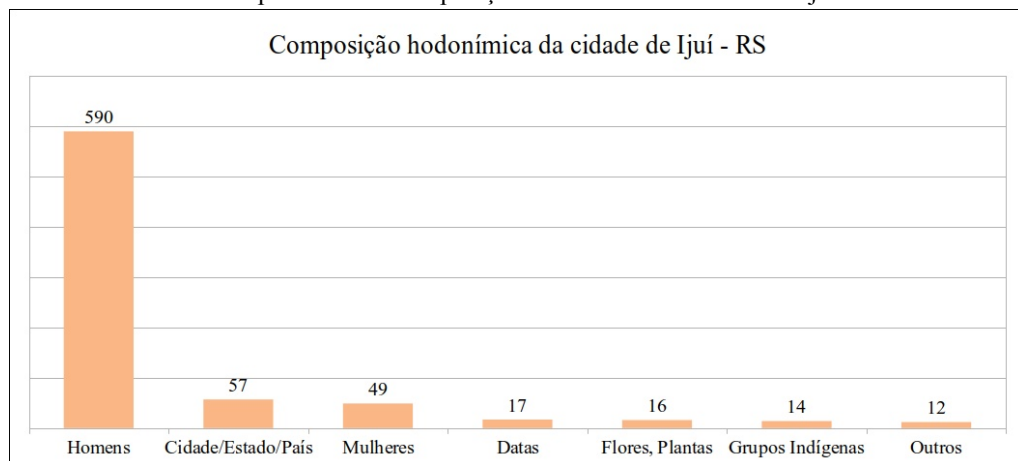
Esta exposição foi realizada com o propósito de qualificar o debate, em torno do Dia Internacional da Mulher, data instituída para reflexão sobre a situação das mulheres na sociedade e que, ao longo do tempo, tornou-se em uma data meramente comercial. Nosso objetivo com essa exposição é ampliar o debate em torno das relações de gênero e classe, para a superação das desigualdades entre mulheres e homens.

A reedição em formato *online* da exposição é composta por fotografias e por breves biografias das mulheres que dão nome às ruas ijuienses. Tais dados foram produzidos pelo MADP, a partir de registros da prefeitura municipal de Ijuí/RS, ou através de relatos de parentes próximos às mulheres homenageadas. A exposição também reflete sobre a distribuição das ruas na cidade, levando em consideração o tamanho, localidade e importância das ruas com nomes de mulheres. O MADP (2021, p. 2) objetiva “[...] com essa exposição, gerar visibilidade para a presença das mulheres na história local, levantando um debate em torno da representação feminina no contexto das ruas de Ijuí”.

A página inicial da exposição pode ser acessada pelo ícone “Início”, que direciona a um vídeo que apresenta temática, justificativa e objetivos da exposição "As mulheres que estão no Mapa".

Os dados da exposição de 2016 foram atualizados na reedição de 2021, já que no decorrer desse período mais ruas foram oficializadas. A exposição conta também com dados comparativos, como o que se apresenta no Gráfico 1, que demonstra a disparidade entre a utilização de nomes de homens e de mulheres para a nomeação das ruas de Ijuí/RS.

Gráfico 1 – Dados comparativos da composição hodonímica da cidade de Ijuí/RS em 2021



Fonte: Exposição “As mulheres que estão no mapa” - MADP, Ijuí, 2021.

Ana Laura Arnhold, Maria Simone Vione Schwengber

A Memória das Mulheres nas Ruas da Cidade de Ijuí/RS: Discursos Toponímicos na Exposição "As Mulheres que Estão no Mapa"

O gráfico presente no *site* da exposição demonstra que, de um total de setecentas e cinquenta e cinco (755) ruas oficializadas na cidade, apenas quarenta e oito (48) ruas são de nomes de mulheres. As informações estão incluídas no ícone “As mulheres que estão no mapa”, porém, após a publicação das informações, houve a reivindicação de que a rua Nelcy Barichello de Oliveira, anteriormente considerada como sendo o nome de um homem, fosse contabilizada pois Nelcy era, na verdade, uma mulher. A família voluntariamente concedeu uma breve biografia de Nelcy para que o MADP pudesse incluir suas memórias na exposição virtual. Contudo, os dados dos gráficos não estão atualizados no site, por isso, tomou-se a liberdade de incluir Nelcy no gráfico do presente artigo, totalizando quarenta e nove (49) mulheres que nomeiam as ruas da cidade de Ijuí/RS, no ano de 2021. A predisposição a pensar Nelcy como homem reflete a masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) impregnada nas facetas sociais que naturalizam a prevalência masculina, refletindo o discurso abrigado nos processos de pensamento.

Observando ainda o Gráfico 1, percebe-se que há uma discrepância acentuada entre o número de homens (590) e de mulheres (49), reforçando as reflexões trazidas por Solnit (2020). Apesar de ser uma produção quantitativa, o gráfico por si só se materializa em um discurso visual que marca não só a baixa representatividade hodonímica das mulheres, mas também a irrelevância e pequenez da barra da categoria “mulheres”, que contrasta com a magnitude da barra da categoria “homens” que, em sua grandeza de representação, expressa a soberania masculina do grande pilar consolidado. Em uma sociedade com marcas patriarcais, o homem, como afirma Saffioti (2015), encontra-se em posição mais legitimada, inclusive na conjuntura hodonímica das cidades.

Para Perrot (2007), o silenciamento das mulheres começa na não ocupação dos espaços públicos, diferentemente dos homens, que têm predominantemente seus relatos e memórias inscritos na história. Os acontecimentos históricos, tais como as guerras, carregam o protagonismo masculino, não só partindo da força e da coragem, mas também da sagacidade e inteligência de homens ilustres para a política, ciência, arte, entre outros. A invisibilidade e o silenciamento das mulheres acerca do direito à cidade e da atuação pública, possibilita compreender que os homens e as mulheres vivenciam a cidade de maneiras diferentes.

Os nomes das ruas da cidade de Ijuí/RS têm um significado simbólico em que, através de um consenso social, os homens são mais homenageados do que as mulheres e, conseqüentemente, mais memórias de homens são perpetuadas. Esse processo, aliado aos pressupostos de Foucault (2013), sugerem a importância do pertencimento e da produção de memórias.

Foucault (2013) também contribui ao pensar nas condições que permitem os sujeitos se posicionarem em determinados espaços, a partir de dispositivos de poder que produzem demarcações de forças discursivas. O poder atuando de modo estratégico em tais demarcações, nesse caso, as nomeações das ruas podem ser vinculadas à “vontade de verdade”, não sendo baseadas em relações causais, mas sim, em relações de poder, produzindo espaços de memória intencionais.

Ana Laura Arnhold, Maria Simone Vione Schwengber



**A Memória das Mulheres nas Ruas da Cidade de Ijuí/RS: Discursos Toponímicos na
Exposição "As Mulheres que Estão no Mapa"**

Nesse sentido, para Halbwachs (1990), os espaços de memória passam a representar determinadas ideologias, símbolos e significados, atuando na manutenção e preservação das histórias de sujeitos, eventos e instituições. O autor ainda reflete sobre os processos da produção da memória coletiva, sobretudo nos espaços públicos e de comum acesso.

Solnit (2020) reforça que se houvesse maior disposição social em homenagear e representar as mulheres, sua formação pessoal teria sido diferente. Tal relato demonstra o poder da representatividade nas percepções do sujeito sobre si mesmo, e sobre as dinâmicas de poder que definem os processos sociais, refletidos inclusive na constituição hodonímica.

A história de Ijuí é repleta de mulheres que, com seu trabalho e luta, construíram uma cidade mais digna para morarmos. Ignorar suas histórias é perpetuar o patriarcalismo e [atribuir] a memória feminina à esfera doméstica familiar (MADP, 2021, *online*).

Essa colocação reforça que algumas mulheres eternizadas na hodonímia ijuiense estão nesse espaço por sua relevância na esfera doméstica: boas mães, boas donas de casa, importantes alicerces para a ascendência de seus filhos ou maridos. Tal reconhecimento acaba por se manter, por muitas vezes, apenas no contexto familiar da mulher homenageada.

Tais questões estão em concordância com os pressupostos de Fougeyrollas-Schwebel (2009), que afirma que as mulheres são historicamente destinadas ao trabalho doméstico sem prestígio social. A “pequenez” do sujeito mulher na sociedade se materializa através da não existência, ou das poucas existências das histórias e memórias dessas mulheres. De acordo com Gonzaga (2021), o ingresso da mulher no mercado de trabalho não foi o suficiente para que seus esforços e competências fossem reconhecidos do mesmo modo que os dos homens.

Algumas das mulheres que compõem a hodonímia de Ijuí/RS tiveram suas memórias eternizadas a partir do reconhecimento da carreira docente. De acordo com Louro (2003), a docência pode se constituir de processos “generificados”, em que as mulheres estão mais propensas a cumprir as expectativas que se esperam para o cargo de docente. Vinculadas à maternidade, as professoras se constituem historicamente como indivíduos altruístas, cuidadores e amorosos, dificilmente se desvinculando das competências da mulher do núcleo doméstico e familiar.

Há também outras profissionais mulheres que constituem a hodonímia ijuiense: policiais, médicas, advogadas, agricultoras e ativistas. Figuras externas às dependências da cidade também foram incorporadas, como é o caso de Anita Garibaldi, Dona Leopoldina e Nossa Senhora da Penha.

A exposição "As mulheres que estão no mapa" ainda mostra que, mesmo as mulheres correspondendo a 50% da população ijuiense, a representatividade feminina na hodonímia da cidade não chega a 7%. As mulheres são, comumente, maioria populacional em diversos locais do mundo, ainda assim suas existências são predominantemente menorizadas, e suas histórias e memórias, apagadas.

Ana Laura Arnhold, Maria Simone Vione Schwengber



A cidade na memória social: nomes e lembranças de quem?

Entende-se a cidade como um espaço constituído por memórias, como aponta Halbwachs (1990), em que se eternizam registros, documentos e formas materiais. A “memória da cidade” pode ser compreendida como marcas de sujeitos e grupos sociais, sendo produzida de forma coletiva (HALBWACHS, 1990), mas também subjetiva. Para o autor, a cidade se configura como espaço de produção e de fixação de uma memória nomeada. A cidade como princípio material de vida coletiva impregna-se de histórias que eternizam os sujeitos e os coletivos na materialidade geográfica, constituindo-se como um produto histórico, social e cultural.

Dessa maneira, Nora (1993) destaca que a cidade materializa e preserva as histórias e memórias, atuando como um dispositivo de transmissão e conservação de informação. Partindo desse pressuposto, os topônimos que constituem uma cidade, como afirma Dick (2020), podem produzir e manter histórias e memórias que serão transmitidas às gerações futuras.

Para Faggion, Dal Corno e Frosi (2008), compreende-se topônimo como a denominação de um determinado local. Dizem ainda as autoras que

Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem. Aludem a fatos e datas significativas, dão conta das devoções, traduzem sentimentos. Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer os seus valores (FAGGION, DAL CORNO; FROSI, 2008, p. 278).

Para Foucault (2013), o espaço, que neste caso pode ser tensionado para o topônimo, constitui-se de um signo linguístico discursivo, que quase nunca será neutro, podendo resultar de uma escolha política. Conforme assinala Andrade (2006), o topônimo geralmente está atrelado a uma carga ideológica, representando aspectos histórico-culturais e políticos de uma comunidade. As memórias coletivas da cidade eternizam-se comumente em registros, documentos ou em formas materiais nomeadas, sendo o topônimo, portanto, uma delas.

Apesar de a cidade ser um local de vivências e existências coletivas diversificadas, apenas alguns desses grupos e/ou sujeitos parecem ter a permissão de inscrever registros toponímicos nas cidades. Para Jayo e Vargas (2019), grupos sociais de maior poder político e econômico possuem melhor posição para inscrever seus registros na paisagem e, conseqüentemente, suas memórias acabam sendo mais duráveis. Sendo assim, a memória da cidade se constitui através da base material toponímica, que parece ser produto de relações de poder.

A cidade, portanto, configura-se como uma rede enunciativa discursiva (FOUCAULT, 2008), como um documento a integrar diferentes dispositivos como localização das ruas, dos prédios, de monumentos, de parques, por meio de enunciados que o transformam em uma superfície de inscrição de discurso nomeados. Ainda assim, reitera-se que a cidade apresenta, também,

possibilidades, nas quais os sujeitos são convidados a refletir sobre os discursos que circulam no espaço urbano e a se posicionar frente aos dispositivos de poder que atuam na produção de uma memória.

E, assim, pensando na trajetória de nomeação das ruas das cidades e na busca pela produção de uma cidade mais democrática, busca-se discutir o lugar (des)ocupado pelas mulheres, neste caso, numa cidade de porte médio no Sul do Brasil. A presença feminina da hodonímia das cidades ainda é tímida, embora não signifique que esses espaços são de fato receptivos a elas e às suas necessidades, ou ainda, que se discutam criticamente as relações de gênero e contribuam para que haja maior inclusão.

Estudos de gênero e toponímia

A partir da década de 1980, o conceito de gênero foi tomado como um processo cultural que se constitui por meio das relações de poder (SCOTT, 1995). Passou também a ocupar espaço como categoria de análise, possibilitando transformar as vivências, experiências e características dos sujeitos em conhecimento científico. A partir da utilização do conceito de gênero, foi possível ampliar e ressignificar o sujeito para além do sexo biológico (SCOTT, 1995). Pode-se considerar que os estudos de gênero objetivam a pensar a constituição de um espaço comum aos homens e às mulheres, recorrendo às ideias de igualdade e de poder existir num espaço-tempo como sujeito. Portanto, o “gênero” enquanto categoria de análise possibilita perceber as implicações sociais que resultam na desigualdade entre homens e mulheres. As implicações de tais relações estão representadas, também, na constituição das cidades.

Embasado por Lefebvre (2008), o conceito de “cidade” permeia a dimensão política e jurídica, e a dimensão espacial e material. Ao compreender o lugar como o espaço ocupado, é possível incorporar o ato de nomear lugares aos estudos do discurso, já que existem questões sociais, culturais e políticas que tensionam a escolha da nomenclatura para a constituição hodonímica. Portanto, busca-se estabelecer uma relação entre o ato de nomear e o discurso, já que Faggion, Misturini e Dal Pizzol (2013, p. 6) compreendem que “nomear é, pois, um discurso”. Assim, a análise do discurso leva em consideração o contexto histórico-social que produz uma memória, analisando a significação do discurso e os efeitos de sentidos (sentido especial, circunstancial e histórico).

A análise do discurso procura evidenciar a funcionalidade textual, observando sua articulação com as condições históricas e sociais. Toma-se, portanto, o topônimo como um pequeno texto, depositário de nomeações e das complexas relações que o sustentam. O discurso toponímico, por apresentar inclinações à eternização de memórias, preserva e revela as relações de poder que o estabeleceram.

Para Butler (2003), a lei e o poder jurídico participam da constituição da noção de sujeito, sendo que

Com efeito, a lei produz e depois oculta [essa] noção de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subseqüentemente, a própria hegemonia reguladora da lei

(BUTLER, 2003, p. 19).

Há procedimentos legais específicos para que uma rua receba um nome. Qualquer um pode propor um nome, porém, fica ao encargo da Câmara Municipal decidir se a proposta de nomeação é válida. A lei, nesse caso, também se demonstra legitimadora da hegemonia reguladora, já que há a averiguação para definir se a pessoa que dará nome a uma rua tem alguma importância social. Portanto, assim como no caso da nomeação das ruas, Butler (2003, p. 20) afirma que “as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política”, porém, é necessário que se compreenda que as relações de poder possibilitam tanto a busca pela emancipação e representatividade, quanto produzem os processos que reprimem as mulheres. Vale ressaltar que, para Butler (2003, p. 21), “[...] gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”, portanto, no caso da composição hodonímica, existem determinantes para além do gênero que definem quais sujeitos terão seus nomes imortalizados em um espaço público.

Considerações finais

A abordagem da exposição gera inquietações acerca das razões pelas quais ainda há tão poucas mulheres compondo a hodonímia da cidade de Ijuí/RS. Há indícios de que as ocupações dos sujeitos requerem algum prestígio social, o que reduz a possibilidade de inclusão de mulheres e outros grupos minoritários – considerando raça, classe social, sexualidade, entre outros – levando em consideração as dificuldades enfrentadas por tais grupos para ascender socialmente e politicamente.

As ruas das cidades, impregnadas de memórias de homens brancos de elevado *status* social, corroboram a hegemonia masculina que viabiliza a imortalização de determinados sujeitos nos espaços sociais.

Utilizar nomes de mulheres na nomeação das ruas configura um ato de resistência, mas, por si só, não destitui a preeminência dos homens nas posições de maior privilégio, visibilidade e prestígio. A exposição "As mulheres que estão no mapa", assim como a presente pesquisa, contribui na problematização dos processos que levam a escolha de determinados indivíduos que serão imortalizados em espaços públicos.

Uma rua, uma praça ou um monumento que inscreve o nome de um sujeito carrega também suas bagagens ideológicas, pressupostos, ações e impactos gerados no mundo por aquela pessoa. Ao incorporar um sujeito a um espaço permanente, será fornecido a ele o direito à vida eterna. Cabe à sociedade refletir sobre quem queremos (e devemos) eternizar.

Referências

ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: Atito. Goiânia: PUC, 2006.

BRASIL, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>

estados/rs/ijui.html. Acesso em: 9 mar. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Luciana Silveira. **Museu como instrumento de gestão do patrimônio cultural**: desenvolvimento do plano museológico no museu antropológico diretor pestana. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Artigos Temáticos: Masculinidade, Diferenças, Hegemonias. **Rev. Estud. Fem.**, v. 21, n. 1, 2013.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. **Métis: história e cultura**, v. 7, n. 13, p. 277-298, jan./jun. 2008.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno; DAL PIZZOL, Elis Viviana. Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. **Revista Entreletras**, Universidade Federal de Tocantins, p. 10-30, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GONZAGA, Juliane de Araújo. We can do it: discursos sobre a força da mulher nas movências da história. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 21, n. 1, p. 95-115, 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A toponímia como signo de representação da

**A Memória das Mulheres nas Ruas da Cidade de Ijuí/RS: Discursos Toponímicos na
Exposição "As Mulheres que Estão no Mapa"**

realidade. Fronteiras - **Rev. História UFMS**, Campo Grande. v. 1, n. 2, p. 27-46, jul./dez., 1997.

JAYO, Martin; VARGAS, Diego Vasconcellos. A memória das cidades na sociedade digital: reflexões para São Paulo e o exemplo de 'Quando a cidade era mais gentil'. **Revista Confins**, n. 39, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, [1968] 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história e representação. In: CATANI, Denise et al. (Org.). **Docência, memória e gênero**. Estudos sobre formação. 4. ed. São Paulo: Escrituras, 2003.

MADP – Museu Antropológico Diretor Pestana. **As Mulheres que estão no mapa**, 2021. Disponível em: <https://sites.google.com/unijui.edu.br/mulheres/sobre-a-exposi%C3%A7%C3%A3o?authuser=0&pli=1>. Acesso em: 8 dez. 2022.

NORA, Pierre. Entre a memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 190 p., 2007.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 160 p., 2015.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SOLNIT, Rebecca. **De quem é a história?** Feminismos para os tempos atuais. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Ana Laura Arnhold: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação).

Maria Simone Vione Schwengber: Conceituação, Análise Formal, Supervisão, Escrita (revisão e edição).

Recebido em 27 de abril de 2022.

Aceito em 08 de novembro de 2022.

Ana Laura Arnhold, Maria Simone Vione Schwengber

